

# PREGÃO ELETRÔNICO

90006/2026

**CONTRATANTE (UASG)**  
**(090194)**

## **OBJETO**

**Prestação de serviços de hospedagem, alimentação, locação de espaço físico e infraestrutura no Município de Bauru-SP**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
**R\$ XX.XXX.XXX,XX (SIGILOSO)**

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 25/03/2026 às 09:00h (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
**menor preço global**

**MODO DE DISPUTA:**  
**aberto**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**NÃO**

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	4
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..	6
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	9
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	11
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	12
10.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	12
11.DOS RECURSOS.....	12
12.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	13
13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	15
14.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	16

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

Processo Administrativo nº 024.00014486/2026-23

Torna-se público que o(a) **Centro de Vigilância Epidemiológica "Prof. Alexandre Vranjac"**, por meio do(a) **Núcleo de Suprimento e Gestão de Contratos - NSGC**, sediado(a) **Av. Doutor Arnaldo, 351 - 6º andar - Cerqueira César – São Paulo – S.P.**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, do **Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023**, da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022**, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

### 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é **Prestação de serviços de hospedagem, alimentação, locação de espaço físico e infraestrutura no Município de Bauru-SP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1. **A licitação será realizada em único item.**

### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. **A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.**

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.4.1. *Para o item 01, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. **Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.**

3.10. **Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.**

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. **Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço, conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, **empresa de pequeno porte** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, **empresas de pequeno porte e equiparadas**, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, **empresas de pequeno porte e equiparadas**, **a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.**

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **Valor unitário e total do item único que será julgado pelo valor global da contratação.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior, conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital**, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença **de valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 6.11.1. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.**
- 6.11.2. **A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.**
- 6.11.3. **Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.**
- 6.11.4. **Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.**
- 6.11.5. **Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.**
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. **Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.**



6.18.1. **Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.**

6.18.2. **A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.**

6.18.3. **Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.**

6.18.4. **No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.**

6.18.5. **Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.**

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo** conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital, definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.4.1. O disposto nos itens 7.4 e 7.6.2 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, nos termos do item 8, antes de se realizar a fase de julgamento.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. *O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. **Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.**

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. **A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.**

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. **A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.**

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados **pelo meio do sistema eletrônico [www.sei.sp.gov.br](http://www.sei.sp.gov.br) ou solicitação de recebimento pelo e-mail: [nsqc@saude.sp.gov.br](mailto:nsqc@saude.sp.gov.br).**

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
  - 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
  - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
  - 12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
    - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
  - 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. **A sanção de multa será calculada em conformidade com a Resolução SS nº 65, de 01/04/2024 que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.**

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.



12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s)*: **[nsgc@saude.sp.gov.br](mailto:nsgc@saude.sp.gov.br)**.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet* **[www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

**14.2. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.**

**14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.**

**14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.**

**14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.**

**14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.**

**14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:**

**14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;**

**14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.**

**14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.**

**14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.**

**14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.**

**14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem**

**de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.**

14.2.4. **Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.**

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e **no sítio eletrônico [compras.gov.br](https://compras.gov.br)**.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.15.2. *ANEXO I.1 – Quadro Eventos;*

14.15.3. *ANEXO I.2 – Infraestrutura;*

14.15.4. *ANEXO I.3 – Estudo Técnico Preliminar*

14.15.5. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*

14.15.6. *ANEXO III – Cópia com a Resolução SS nº 65, de 01/04/2024*

14.15.7. *ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*

14.15.8. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

*São Paulo, XX de março de 2026.*

**Nathalia Cristina Soares Franceschi Landi de Moraes**

**Diretor Técnico de Saúde III - substituto**

**CVE**

ANEXO I

# Termo de Referência 17/2026

---

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2026	90194-ESP-CTO.VIGIL. EPIDEMIOL PROF.A.VRANJAC- CVE	VICTOR FUENTES DE CARVALHO	18/02/2026 15:49 (v 0.5)
<b>Status</b>			
ASSINADO			

## Outras informações

---

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	102/2026	024.00014486/2026-23

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço de **hospedagem, alimentação, localização de espaço físico e infraestrutura para realização da "Reunião de treinamento do inquérito epidemiológico domiciliar de tracoma e outras doenças oculares em áreas indígenas do Município de Bauru "**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referencia, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE D E MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	<p><b>Hospedagem:</b></p> <p><b>Proximidade e acessibilidade:</b> a hospedagem devem ser oferecida no mesmo local ao espaço onde a reunião será realizada, garantindo fácil acesso e reduzindo o tempo de deslocamento dos participantes. O local deve ser acessível para pessoas com mobilidade reduzida, cumprindo as normas de acessibilidade previstas em legislação;</p> <p><b>Segurança:</b> deve cumprir todas as normas de segurança, incluindo saídas de emergência, sinalização adequada e sistemas de combate a incêndio.</p>	9946		58 diárias (sendo 14 quartos duplos e 1 single no período de 2 dias)		



<p><b>Alimentação:</b></p> <p><b>Indicações nutricionais e inclusão:</b> Os serviços de alimentação devem oferecer refeições balanceadas, com opções que atendam a diferentes necessidades dietéticas, como vegetarianas, veganas e para intolerâncias alimentares (glúten, lactose, etc.).</p> <p><b>Segurança Alimentar:</b> Todos os alimentos devem ser preparados e servidos de acordo com as normas de segurança alimentar vigentes, garantindo a higiene e a qualidade em todas as etapas de produção e serviço.</p> <p><b>Espaço físico:</b></p> <p><b>Capacidade e Infraestrutura:</b> O espaço físico contratado deve ter capacidade para acomodar até 51 participantes, com infraestrutura adequada para a realização de palestras, workshops e atividades práticas. Deve incluir auditório, salas para workshops, e áreas comuns para coffee breaks e networking, todos equipados com tecnologia audiovisual, como projetores, microfones, sistema de som e conexão à internet de alta velocidade;</p> <p><b>Segurança:</b> O local deve cumprir todas as normas de segurança, bem como ser climatizado e oferecer um ambiente adequado para os participantes durante todo o evento.</p> <p>Código: 33903956</p>		<p>Por pessoa</p>	<p>99 almoços</p> <p>58 jantares</p> <p>33 Coffee break</p>		
--	--	-------------------	---	--	--

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 60 ( sessenta) dias, contados da assinatura do Contrato ,

na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

#### 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas desse termo de referência

#### 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

#### 4.1.1 Hospedagem:

A empresa contratada para a hospedagem deverá garantir a eficiência energética nas instalações, utilizando sistemas de iluminação e climatização de baixo consumo energético;  
Deverá também implementar práticas de gestão de resíduos, como a separação e o encaminhamento adequado de materiais recicláveis.

#### 4.1.1. Local de Realização do Evento:

O local de realização do evento deverá contar com práticas sustentáveis, como o uso de energia renovável (exemplo: energia solar), materiais reciclados ou de baixo impacto ambiental em sua infraestrutura e decoração;  
O local deverá garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, oferecendo acesso adequado a cadeirantes, banheiros adaptados e outras facilidades necessárias;  
Também deverá ser implementada uma gestão eficiente de resíduos, com separação de materiais recicláveis e destino adequado para resíduos orgânicos e não recicláveis;  
Deve ser dada prioridade a espaços que promovam a utilização de produtos e práticas sustentáveis em sua operação.

#### 4.1.2. Alimentação:

- A empresa contratada para fornecer a alimentação durante o evento deverá priorizar o uso de produtos orgânicos, com ênfase em alimentos saudáveis e sazonais;
- A contratação de fornecedores deverá considerar aqueles que utilizam práticas agrícolas sustentáveis;
- A empresa deverá adotar práticas de redução de desperdício de alimentos, oferecendo porções adequadas às necessidades do evento; • As embalagens utilizadas para as refeições devem ser biodegradáveis ou reutilizáveis, evitando o uso de plásticos descartáveis.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

## Condições de Execução

### 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até 10(dez) dias a contar da assinatura do contrato:

5.1.2. Cronograma de realização dos serviços: o serviço será executado entre os dias 25 a 27 de Maio de 2026

### 5.1.3. Cronograma

<u>Dia</u>	<u>Horário</u>	<u>Atividade</u>
<u>25</u>	<u>12h-13h</u>	<u>Chegada dos participantes e almoço</u>
	<u>13h-15h45</u>	<u>Palestras</u>
	<u>15h45-16h</u>	<u>Intervalo</u>
	<u>16h- 17h</u>	<u>Treinamento pratico</u>
<u>26</u>	<u>8h-12h</u>	<u>Visita a aldeia</u>
	<u>12h-13h</u>	<u>Almoço</u>
	<u>13h-17h</u>	<u>Pratica na aldeia</u>
<u>27</u>	<u>8h-12h</u>	<u>Visita a aldeia</u>
	<u>12h-13h</u>	<u>Almoço</u>
	<u>13h-15h</u>	<u>Palestras</u>
	<u>15h-15h30</u>	<u>Coffee break e finalização</u>

## Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte município:

5.2.1. Bauru Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará a seguinte dinâmica:

5.3.1. O local da realização dos eventos deverá ser o mesmo daquele que fornece o serviço de hospedagem e alimentação;

5.3.2. O hotel a ser contratado deverá, na ocasião da vistoria, apresentar licença de funcionamento e atestado de vistoria expedido pelo Centro de Vigilância Sanitária;

5.3.3. Sujeito à diligência, sendo que os espaços deverão estar adequados para o evento, não se admitindo adaptações para a realização do mesmo;

5.3.4. Deverá possuir salas com cadeiras e mesas que possam ser movidas. A descrição e formas de utilização das salas estão indicadas nos anexos A e B;

5.3.5. Durante todo evento, a Contratada se compromete a destacar ao menos um funcionário especializado que acompanhe integralmente o período de utilização do auditório, encarregando-se de providenciar imediata troca, reparo e/ou adequações que se fizerem necessárias nas instalações em uso, 01 técnico de áudio/vídeo para acompanhamento;

5.3.6. Se o evento for realizado em um andar que não seja o térreo, será obrigatória a presença de elevador ou rampa para garantir a acessibilidade dos participantes ;

5.3.7. As salas de trabalho solicitadas para o evento, deverão estar no mesmo andar de distância da sala plenária, visando facilitar a dinâmica do evento;

5.3.8. Deverá apresentar mesa de recepção de eventos com no mínimo de 16m<sup>2</sup> de área útil; com cadeira, em espaço externo ao reservado para o evento;

5.3.9. Durante todo o evento deverá estar disponível aos treinandos na sala principal, mesa aparadora contendo café, água e bolachas (salgadas e doces);

5.3.10. O evento deverá conter uma garrafa de água mineral de 500 ml para cada participante, 2 períodos (manhã/tarde) que serão cobrados mediante comprovação de consumo;

5.3.11. Os quartos devem ser duplos ou single, de acordo com a solicitação, com camas individuais contendo banheiro privativo, frigobar, TV, aparelho de ar condicionado e Wi-Fi;

5.3.12. O período de diárias para participantes em quarto duplo ou individual, check in a partir das 12h00 e check out até às 12h00, devendo ser contadas diárias com café da manhã e jantar para todos os participantes hospedados no hotel;

5.3.13. Deverá ser fornecido almoço para todos os participantes do evento, incluindo os que estiverem hospedados e os que não estiverem hospedados;

5.3.14. O almoço e o jantar composto de variedades de saladas (05 tipos), arroz, feijão, carne branca, carne vermelha, massas (02 tipos), sobremesas (03 tipos – incluindo frutas) e guarnições. Deverá ser incluso 1 refrigerante ou suco de frutas natural ou água – conforme solicitação dos participantes (almoço e jantar). O café da manhã estará incluso na diária, sendo composto de no mínimo 02 sucos diferentes, café, leite, chocolate em pó (sem açúcar), água quente, 02 tipos de chá (sem açúcar), 02 tipos de bolacha salgada e doce, bolo e torta salgada em quantidade suficiente para o número de participantes dos eventos;

5.3.15. O coffee breack devera incluir:

Descrição da composição do cardápio para o Coffee Breack			
Coffee Breack	Tipos	Quantitativo por pessoa	Sugestão de Sabores/Recheios

Chás	2 tipos de chá	100 ml	Hortelã, Camomila, Frutas vermelhas, Erva doce
Café	Sem açúcar	80 ml	Café tradicional torrado e moído
Bebidas	2 tipos, sendo 1 light	200ml	Manga, Pêssego, Uva, Laranja, Tangerina, Abacaxi, Caju, Maracujá, Morango, Maça, Goiaba... (embalagem tetrapack ou polpa de fruta)
	1 tipo	100ml	Iogurte
Mini lanche (podendo variar entre pão integral ou mini ciabata ou mini baquete (embalados individualmente))	2 tipos de recheios	2 unidades	<p>Presunto, queijo prato, alface, tomate e maionese;</p> <p>Queijo minas, Queijo prato, milho verde, cenoura ralada, azeitonas pretas, alface, tomate e maionese;</p> <p>Frango desfiado temperado com requeijão, milho verde, batata palha, alface e tomate;</p> <p>Pasta de atum, azeitonas verdes, cenoura ralada, alface, tomate, regado com azeite de oliva;</p> <p>Pasta de ricota com azeitonas, alface, tomate seco, rúcula regado com azeite de oliva;</p> <p>Vegetariano (berinjela, queijo mozzarella, uvas passas, alface, tomate e azeite de oliva)</p>
Torta salgada e/ou quiche assados	1 tipo	1 fatia (aprox. 100g)	<p>Tortas: Legumes (cenoura / ervilha / milho), palmito, frango, etc;</p> <p>Quiches: Lorraine, Espinafre, Abobrinha, Queijo, Alho poro, etc.</p>
Salgados assados	2 tipos (sendo 1 de massa integral)	4 unidades (aproximadamente 25g/un)	Esfiha (carne ou calabresa c/ queijo); croissant recheado (presunto e queijo, queijo minas, frango c/ requeijão e ricota c/ escarola), empada (frango ou palmito); folhado (requeijão c/ milho ou frango); trouxinha (calabresa c/ queijo, carne, creme de espinafre com nozes) e pastel assado (carne, palmito, espinafre c/ requeijão)
Bolos	1 tipo	1 fatia	Chocolate, cenoura, fubá, laranja, banana, maçã com canela, nozes.
Sobremesa	1 porção	100 g	Salada de frutas (servidas em embalagem individual e descartáveis)
	1 tipo de doce	Mínimo de 30g cada	Carolinas recheadas: chocolate, baunilha, maracujá, café, doce de leite, limão
			Lua de Mel, mini sonho, petit four variado, pão de mel



5.3.16. As contas individuais de serviços utilizados pelos participantes que não constem dos já listados são de inteira responsabilidade destes, sendo que o CVE não se responsabiliza por eventuais danos e/ou despesas adicionais, por exemplo: frigobar, telefonemas, bebidas, faxes, lavanderia etc.;

5.3.17. A Contratada poderá cobrar no máximo taxa de 10% de cada "no-show" ocorrido, desde que não tenha sido comunicado oficialmente pelo contratante com no mínimo 48 horas de antecedência;

5.3.18. Em havendo taxas de serviços, estas deverão constar da proposta;

5.3.19. O salão principal deverá conter ar-condicionado, sanitários próximos ao salão contendo no mínimo 02 (dois) boxes nos sanitários feminino e masculino. A área útil não inferior a 0,80 m<sup>2</sup> por pessoa para disposição em auditório, e 1,20 m<sup>2</sup> por pessoa para disposição "espinha de peixe" e "U".

5.3.20. A Contratada deverá disponibilizar 5 vagas no estacionamento;

5.3.21. A Contratada deverá viabilizar estacionamento nas proximidades do local, e se possível com redução de custo, disponibilizando-as aos participantes do evento;

5.3.22. A Contratante terá acesso a todas as dependências sociais do hotel, inclusive à cozinha, para verificação das condições sanitárias do local;

5.3.23. A Contratada deverá encaminhar após o término de cada evento resumo dos serviços prestados para conferência e aprovação do Centro de Oftalmologia Sanitária com cópia para o Núcleo de Suprimentos e Gestão de Contratos;

5.3.24. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

5.3.25. Prazo de pagamento: o pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de entrada da nota fiscal/fatura no protocolo da unidade, e à vista do termo de recebimento definitivo ou recibo.

5.3.26. Os "vouchers" para almoço e jantar dos participantes (hospedados ou não) serão cobrados mediante comprovação de consumo;

5.3.27. O licitante poderá utilizar equipamento de apoio, não fornecido pelo hotel, nas salas de treinamento, bem como espaços reservados à recepção de treinandos, para o desenvolvimento das ações de treinamento tais como: computador, projetor de slide, laser-point, data show, televisor, vídeo etc.;

5.3.28. No anexo I A, indicamos o nº de participantes, nº de diárias, nº de "vouchers" de alimentação por evento e a data programada;

Cada evento representa um item diferente, sendo que o licitante deverá apresentar custo total do evento;

5.3.29. A Contratada deverá encaminhar a relação de hóspedes que fizeram check in para conferência e aprovação do Centro de Oftalmologia Sanitária com cópia para o Núcleo de Suprimentos e Gestão de Contratos.

## Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

### 5.4.1. Complementos para servir em cada um dos Coffee Break

- a) Guardanapo de papel 10 unidades por pessoa ;
- b) Saches de açúcar03 (5g cada) por pessoa ;
- c) Saches de adoçantes (preferencialmente stévia ou sucralose)03 (8g cada) unidades por pessoa ;
- d) Mexedores descartáveis p/ café/chá06 unidades por pessoa ;
- e) Copos descartáveis para chá ou café03 unidades (50ml) por pessoa ;
- f) Copos descartáveis para água/suco03 unidades (200ml) por pessoa ;
- g) Pratos descartáveis p/ bolo02 unidades por pessoa ;
- h) Garfos descartáveis p/ bolo02

unidades por pessoa ; Informações relevantes para o

dimensionamento da proposta

### 5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Uma sala plenária para 33 participantes, formato em "auditório"; (especificar se é sala ou auditório, qual formato), com condições de interação entre as pessoas, com boa visibilidade dos participantes e dos palestrantes / monitores.

5.5.1.1. Equipamentos para a sala plenária:

a) 1 flip chart, 1 microcomputador, disponíveis de 25 a 27 de maio :

b) 1 projetor multimídia conectado ao som, com resolução compatível com o porte do evento, 1 ponteira laser, 1 tela para projeção e sonorização com 2 microfones sem fio, disponíveis nos dias 25 e 27 de maio

5.5.1.2. Equipamentos para a secretaria

a) Mesa com 2m comprimento no mínimo, 1 computador com mouse e 1 impressora com cartuchos preto e colorido, disponíveis nos dias 25 e 27 de maio

5.5.2. Duas salas de apoio com capacidade de 10 participantes, situada no mesmo andar do auditório.

5.5.2.1. Sendo que uma das salas será utilizada nos dias 25 e 27 de maio, e a outra nos dias 25 ,26 e 27 do mesmo mês.

5.5.2.2. Equipamentos para a sala de apoio:

a) 10 cadeiras.

b) mesa com 3m comprimento no mínimo

c) 1 flip chart contendo 20 folhas de papel e 5 pinceis de cores diferentes disponível entre os dias 25 a 27 de maio

5.5.3. Todas as áreas deverão obedecer às exigências legais vigentes de acessibilidade, iluminação e ventilação conforme ABNT/NBR 6401;

5.5.4. Quartos e sanitários adaptados para portadores de necessidades especiais

5.5.5. Especificação mínima dos equipamentos

a) Especificação mínima dos computadores: processador de 3GHz com 4 núcleos ou superior, 8GB de memória RAM ou superior, SSD de pelo menos 100 GB de espaço livre, saída de vídeo HDMI, Windows 10 ou 11, pacote do MS Office, navegador de internet atualizado, Adobe Reader (Acrobat) versão 21, 3 entradas USB no mínimo, Wi-Fi ou porta ethernet, rede com acesso a internet com 10Mb/s ou superior.

b) Impressora a jato de tinta com cartucho preto e colorido ou a laser. Velocidade de impressão de textos, em qualidade normal, na cor preta, com papel tamanho carta, de, no mínimo, 8 páginas por minuto. Velocidade de impressão de textos, em qualidade normal, em cores, com papel tamanho carta, de, no mínimo, 5 páginas por minuto. Velocidade de impressão de imagens, em qualidade normal, em cores, imagem de 10x15 cm, de, no mínimo, 25 segundos.

5.5.6. As salas de apoio deverão estar no mesmo

andar da sala plenária Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

**6.6.** O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado

**6.7.** O Contratado deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante o período de realização do evento (entre os dias 25 a 27 de Maio de 2026)

**6.8.** O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

**6.9.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

#### **Fiscalização Técnica**

**6.10.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

**6.11.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

**6.12.** O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

**6.13.** O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ( Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

**6.14.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art 117, § 2º).

**6.15.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal

técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

### **Fiscalização Administrativa**

**6.16.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ( Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

**6.17.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

**6.18.** Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

**6.19.** O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

**6.20.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

**6.21.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

**6.22.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ( Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

**6.23.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

**6.24.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos



procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### Do recebimento

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelo(s) fisca(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

6.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

6.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

6.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

6.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**6.8.** Os serviços serão recebidos definitivamente **no prazo de 10(dez)dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**6.8.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

**6.8.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**6.8.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

**6.8.4.** Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

**6.8.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**6.9.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

**6.10.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**6.11.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético– profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**6.12.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**6.12.1.** O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.13.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**6.14.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

**6.15.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.16.** A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**6.17.** Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**6.18.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.19.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**6.20.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### **Prazo de pagamento**

**6.21.** O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

**6.22.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

**6.23.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

**6.23.1.** Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

**6.24.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.25.** O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

**6.25.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.26.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 7. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Regime de Execução

**8.2.** O regime de execução do contrato será **empreitada por preço global**.

#### Exigências de habilitação

**8.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

**8.4.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.5.** Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.6.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.7.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.9.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.10.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.11.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

**8.12.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.13.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.14.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.15.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.16.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, e, nos termos da Lei Complementar n.º 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, do

domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

#### Qualificação Técnica

8.20. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.20.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.21. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso

8.21.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato

(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínimas:

8.21.1.1. quantidade mínima de serviços similares de até 50% do objeto do certame.;

8.21.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante

8.21.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.21.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

8.21.5. A proponente deverá apresentar registro da empresa no CADASTUR nos termos da Lei Federal nº 11.771/08 e suas atualizações e Decreto Federal nº 7.381, de 02 de dezembro de 2010;

8.21.5.1. Se a licitante for agência de turismo ou organizadora de eventos, deverá apresentar também o registro no CADASTUR do hotel ofertado, de acordo com a Lei Federal nº 11.771/08 e Decreto Federal nº 7.381, de 02 de dezembro de 2010.

#### Outras comprovações

8.22. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

**8.23. O fornecedor deverá apresentar, juntamente com a proposta, uma declaração formal de representação do hotel, assinada pelo representante legal da empresa. Esta declaração deve comprovar que o proponente possui autorização expressa para oferecer os serviços solicitados em nome do estabelecimento indicado, garantindo a legitimidade e a capacidade de execução do contrato.**

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.**

**10.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.**

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**VICTOR FUENTES DE CARVALHO**

Requisitante



*Assinou eletronicamente em 18/02/2026 às 15:49:50.*



**ANEXO I.1**

<b>QUADRO DE EVENTOS</b>						
<b>Item</b>	<b>Evento</b>	<b>Período</b>	<b>Nº de Partic.</b>	<b>Nº de Apart.</b>	<b>Nº de Vouchers</b>	<b>Água</b>
01	Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas	25/05 a 27/05/2026	33 no total; 29 participantes hospedados	14 duplos e 1 single (58 diárias com café da manhã)	99.Almoços 25/05- 33 almoços 26/05- 33 almoços 27/05- 33 almoços e 58 Jantares 25/05- 29 jantares 26/05- 29 jantares  E  33 27/08- 33 coffee break as 16:00h	165 33 garrafas de 500ml por período

OBS: O check in será realizado 25/05/2026 às 12:00h.

## ANEXO I.2

### Infraestrutura

1 - 1 sala plenária para 33 participantes, formato em “auditório”; (especificar se é sala ou auditório, qual formato), com condições de interação entre as pessoas, com boa visibilidade dos participantes e dos palestrantes / monitores.

#### Equipamentos para a sala plenária:

- a) 1 flip chart, 1 microcomputador, 1 projetor multimídia conectado ao som, com resolução compatível com o porte do evento, 1 ponteira laser, 1 tela para projeção e sonorização com 2 microfones sem fio;
- b) Secretaria: Mesa com 2m comprimento no mínimo, 1 computador\* com mouse e gravador de CD e 1 impressora\*\* com cartuchos preto e colorido.
- c) 2 salas de apoio com capacidade de 10 participantes, não situada no corredor.- 2 salas de apoio com capacidade de 10 participantes, não situada no corredor.

#### Equipamentos para a sala de apoio:

- a) 10 cadeiras.
- b) mesa com 3m comprimento no mínimo
- c) 1 flip chart contendo 20 folhas de papel e 5 pinceis de cores diferentes
- d) Obs.:

I- Todas as áreas deverão obedecer às exigências legais vigentes de acessibilidade, iluminação e ventilação conforme ABNT/NBR 6401;

II- Quartos e sanitários adaptados para portadores de necessidades especiais

III- Especificação mínima dos equipamentos

\*Especificação mínima dos computadores: processador de 3GHz com 4 núcleos ou superior, 8GB de memória RAM ou superior, SSD de pelo menos 100 GB de espaço livre, saída de vídeo HDMI, Windows 10 ou 11, pacote do MS Office, navegador de internet atualizado, Adobe Reader (Acrobat) versão 21, 3 entradas USB no mínimo, Wi-Fi ou porta ethernet, rede com acesso a internet com 10Mb/s ou superior.

\*\*Impressora: a jato de tinta com cartucho preto e colorido ou a laser ;

- velocidade de impressão de textos, em qualidade normal, na cor preta, com papel tamanho carta:  
no mínimo 8 páginas por minuto;
- velocidade de impressão de textos, em qualidade normal, em cores, com papel tamanho carta:  
no mínimo 5 páginas por minuto;
- velocidade de impressão de imagens em qualidade normal, em cores, imagens de 10x15 cm: no  
mínimo 25 segundos.

**Victor Fuentes de Carvalho**

Diretor técnico de Saúde II

Centro de Oftalmologia Sanitária

## ANEXO I.3

# Estudo Técnico Preliminar 5/2026

---

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 024.00014486/2026-23

## 2. Descrição da necessidade

Verifica-se a necessidade de contratação de serviços de hospedagem, alimentação e disponibilização de espaço físico com infraestrutura adequada para a realização do *Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas*, ação integrante do projeto de eliminação do tracoma como problema de saúde pública no Estado de São Paulo, aprovado pelo FESIMA e executado em parceria com o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Litoral Sul.

O treinamento tem como finalidade qualificar e atualizar profissionais de saúde e educação que atuam na atenção básica e nos polos base de saúde indígena, com foco na realização de inquéritos domiciliares de tracoma, na detecção precoce da triquíase tracomatosa, na padronização diagnóstica e na adoção de condutas clínicas e de vigilância epidemiológica alinhadas às diretrizes do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Trata-se de ação estratégica para o fortalecimento da vigilância em saúde ocular, especialmente em populações indígenas, que apresentam maior vulnerabilidade sanitária.

A execução do treinamento exige formato presencial, em razão da necessidade de atividades teóricas e práticas supervisionadas, incluindo exames clínicos de saúde ocular, repadronização diagnóstica, treinamento em técnicas de manejo, aplicação de curativos oclusivos e simulações de abordagem em campo. Essas atividades demandam espaços físicos apropriados, com condições adequadas de iluminação, climatização, acessibilidade, recursos audiovisuais, mobiliário compatível e ambientes que

permitam a realização integrada de exposições teóricas, práticas clínicas e dinâmicas de grupo, assegurando a qualidade do processo formativo.

A escolha do município de Bauru como local de realização do treinamento decorre de critérios técnicos e logísticos, considerando sua localização estratégica em relação às aldeias indígenas do interior paulista, a facilidade de acesso por malha rodoviária e a disponibilidade de serviços compatíveis com a realização de eventos de capacitação de caráter técnico. Tal definição contribui para otimizar os deslocamentos dos participantes, favorecer a adesão dos novos parceiros institucionais e assegurar a viabilidade logística do evento.

Considerando a carga horária intensiva e a duração do treinamento, faz-se necessária a oferta de hospedagem para os participantes provenientes de municípios distantes, de modo a garantir sua permanência integral durante todo o período do curso, bem como condições adequadas de descanso, segurança e pontualidade. Para os participantes oriundos de localidades próximas, torna-se necessária a disponibilização de alimentação, assegurando condições adequadas para a participação contínua nas atividades, reduzindo deslocamentos durante os intervalos e contribuindo para o cumprimento do cronograma estabelecido.

A contratação integrada de hospedagem, alimentação e espaço físico em um único local possibilita a centralização das atividades formativas, favorecendo a interação entre os participantes, a troca de experiências entre diferentes regiões do Estado e o fortalecimento das redes de vigilância epidemiológica e saúde ocular. Essa solução também contribui para maior eficiência operacional, melhor coordenação das atividades e racionalização dos recursos públicos empregados.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público, nos termos do inciso I do art. 5º do Decreto Estadual nº 68.017/2023, por seu impacto direto na prevenção da cegueira evitável, na redução da carga de doenças oculares negligenciadas e no fortalecimento da capacidade técnica das equipes de saúde, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, universalidade, integralidade e equidade que orientam o Sistema Único de Saúde (SUS).

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro de Oftalmologia Sanitária	Victor Fuentes de Carvalho

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para garantir o sucesso do **Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas**, a contratação dos serviços de hospedagem, espaço físico e alimentação deve atender aos seguintes requisitos indispensáveis, alinhados com critérios de sustentabilidade e observando as regulamentações específicas.

### 4.1. Hospedagem

#### 4.1.1. Proximidade e Acessibilidade:

- Os serviços de hospedagem devem ser oferecidos no mesmo local ao espaço onde a reunião será realizada, garantindo fácil acesso e reduzindo o tempo de deslocamento dos participantes.
- O local deve ser acessível para pessoas com mobilidade reduzida, cumprindo as normas de acessibilidade previstas em legislação.

#### 4.1.2. Requisitos de acomodação:

- As acomodações devem oferecer quartos individuais ou duplos, com serviços como Wi-Fi, café da manhã e condições adequadas de higiene e segurança.

### 4.2. Espaço Físico

#### 4.2.1. Capacidade e Infraestrutura:

- O espaço físico contratado deve ter capacidade para acomodar até 25 participantes, com infraestrutura adequada para a realização de palestras, workshops e atividades práticas.
- Deve incluir auditório, salas para workshops, e áreas comuns para coffee breaks e networking, todos equipados com tecnologia audiovisual, como projetores, microfones, sistema de som e conexão à internet.

#### 4.2.2. Segurança e Conforto:

- O local deve cumprir todas as normas de segurança, incluindo saídas de emergência, sinalização adequada e sistemas de combate a incêndio.

#### 4.3. Alimentação

##### 4.3.1. Qualidade e Variedade:

- Os serviços devem oferecer alimentação variada e de qualidade, com opções que atendam a diferentes necessidades dietéticas, como vegetarianas, veganas e para intolerâncias alimentares (glúten, lactose, etc.).

##### 4.3.2. Segurança Alimentar:

- Todos os alimentos devem ser preparados e servidos de acordo com as normas de segurança alimentar vigentes, garantindo a higiene e a qualidade em todas as etapas de produção e serviço.

#### 4.4. Práticas sustentáveis

- A hospedagem deve adotar práticas de sustentabilidade, como programas de economia de energia, reciclagem de resíduos e uso eficiente de recursos hídricos.
- Espaços que promovam a utilização de produtos sustentáveis em sua operação.
- O fornecedor deve adotar práticas sustentáveis, como a utilização de utensílios reutilizáveis ou biodegradáveis, e implementar estratégias para a redução de desperdício de alimentos.

#### 4.5. Conclusão

Os requisitos descritos são essenciais para garantir que os serviços contratados atendam plenamente às demandas da **Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas**. A escolha de fornecedores que cumprem esses critérios assegura não apenas a qualidade do evento, mas também o alinhamento com as melhores práticas de sustentabilidade e conformidade com as regulamentações legais. Isso resultará em um evento eficaz, responsável e benéfico tanto os participantes quanto a comunidade em geral.



## 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado para a realização do **Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas**

considerou diferentes modalidades de eventos, incluindo formatos presenciais, híbridos e online, com o objetivo de avaliar a melhor solução técnica e econômica. Abaixo, são descritas as alternativas analisadas e as justificativas para a escolha da solução a ser contratada.

### 5.1. Evento

Presencial

(Solução Atual)

#### 5.1.1.Vantagens:

- **Interação Direta:** A interação presencial permite discussões mais aprofundadas, networking eficaz e demonstrações práticas mais claras, especialmente na parte prática de saúde ocular.
- **Experiência Imersiva:** O ambiente presencial proporciona uma experiência mais imersiva para os participantes, permitindo maior foco e engajamento.
- **Infraestrutura Completa:** Espaços físicos adequados para práticas de saúde ocular e apresentação de casos clínicos com os participantes.

#### 5.1.2.Desvantagens:

- **Custos Elevados:** Maior investimento em hospedagem, espaço físico, alimentação e deslocamento dos participantes.
- **Logística Complexa:** Requer coordenação de diversos fornecedores, como hotéis, alimentação e equipamentos audiovisuais, além de cuidados com transporte e deslocamento.

### 5.2. Evento Online

#### 5.2.1. Vantagens:

- **Redução de Custos:** Elimina gastos com hospedagem, deslocamento e alimentação, sendo uma opção mais econômica.
- **Ampla Acessibilidade:** Permite a participação de profissionais de diferentes regiões, sem necessidade de deslocamento físico.
- **Sustentabilidade:** Reduz o impacto ambiental ao eliminar o uso de recursos físicos e transporte, promovendo práticas sustentáveis.

#### 5.2.2. Desvantagens:

- **Limitações Técnicas:** A parte prática de saúde ocular seria comprometida, pois os participantes não teriam a mesma experiência de aprendizado técnico sem a interação presencial.
- **Engajamento Reduzido:** A experiência online pode diminuir a interação e engajamento dos participantes, prejudicando a qualidade da troca de informações.
- **Dependência de Tecnologia:** Problemas de conexão ou falta de familiaridade com plataformas online podem comprometer o sucesso do evento.

### 5.3. Evento Híbrido

(Online e Presencial)

#### 5.3.1. Vantagens:

- **Flexibilidade:** Combina o melhor dos dois formatos, permitindo que algumas partes do evento sejam realizadas online, enquanto a parte prática seja conduzida presencialmente.
- **Redução Parcial de Custos:** Participantes que não precisam de treinamento prático podem assistir à parte teórica online, economizando em despesas com deslocamento e hospedagem.
- **Ampla Acessibilidade:** A modalidade híbrida permite que mais profissionais participem, mesmo aqueles com restrições de tempo ou recursos para viajar.

#### 5.3.2. Desvantagens:

- **Complexidade Logística:** A necessidade de organizar tanto a parte presencial quanto a virtual pode complicar a logística e exigir maior planejamento técnico.
- **Investimento em Tecnologia:** É necessário garantir a infraestrutura para transmissão online de qualidade, além do gerenciamento simultâneo de participantes presenciais e virtuais.

- **Engajamento Reduzido:** A experiência teórica online pode diminuir a interação e engajamento dos participantes, prejudicando a qualidade da troca de informações.

#### 5.4. Justificativa Técnica e Econômica:

A realização presencial do evento foi considerada essencial após uma análise técnica e econômica das alternativas disponíveis. A principal justificativa para essa escolha é a natureza prática do treinamento em saúde ocular, que demanda interação direta entre os profissionais envolvidos. A modalidade presencial oferece condições ideais para demonstrações técnicas e acompanhamento individualizado, aspectos cruciais para a eficácia do aprendizado nesse campo.

Embora o formato online apresente vantagens em termos de acessibilidade e redução de custos, ele se mostra inadequado para atender às necessidades práticas da capacitação proposta. Da mesma forma, a opção híbrida, ainda que interessante por combinar alcance e prática, implicaria em complexidades logísticas que não agregariam valor proporcional aos objetivos do evento.

A modalidade presencial, portanto, se destaca por proporcionar maior engajamento, qualificação técnica e resultados concretos no processo de aprendizagem. Diante dessas considerações, concluiu-se que a realização presencial é a solução mais apropriada para alcançar os resultados esperados com a qualidade necessária.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução envolve a contratação específica de serviços de hospedagem, espaço físico e alimentação para a realização de uma reunião de planejamento das atividades do inquérito epidemiológico domiciliar de tracoma e outras doenças oculares na área indígena do estado de São Paulo, organizada pela equipe do Centro de Oftalmologia do Estado de São Paulo. Esses serviços são essenciais para viabilizar a participação dos profissionais de saúde e garantir um ambiente adequado para as atividades programadas.

### 6.1. Componentes da Solução

#### 6.1.1. Hospedagem:

- **Acomodação:** Contratação de serviços de hospedagem para os participantes da reunião, garantindo conforto e proximidade ao local do evento. Os estabelecimentos selecionados devem atender a critérios de qualidade e segurança, proporcionando condições adequadas para o descanso dos profissionais.

#### 6.1.2. Espaço Físico:

- **Locação de Local para o Evento:** Um espaço físico adequado para a realização das atividades da reunião, que deve incluir auditório com capacidade para todos os participantes, salas para workshops, e infraestrutura necessária, como sistema de som, projetores e conectividade.
- **Equipamentos:** O local deve estar equipado com todos os recursos audiovisuais necessários para a apresentação de palestras e condução de workshops, além de disponibilizar mobiliário adequado para as atividades práticas de saúde ocular.

#### 6.1.3. Alimentação:

- **Fornecimento de Refeições:** Contratação de serviços de catering para fornecer alimentação aos participantes durante o evento, incluindo café da manhã, almoço, coffee breaks e jantar, conforme a programação. A alimentação deve ser de qualidade, respeitando as necessidades dietéticas dos participantes e seguindo boas práticas de sustentabilidade, como a redução de desperdício de alimentos.

### 6.2. Justificativas Técnicas e Econômicas

#### 6.2.1. Justificativa Técnica:

- **Hospedagem:** A contratação de serviços de hospedagem garante que os participantes possam se concentrar nas atividades da reunião sem preocupações logísticas, melhorando a produtividade e o aproveitamento do evento.
- **Espaço Físico:** A escolha de um local adequado para a realização das atividades é essencial para garantir um ambiente propício ao aprendizado, troca de experiências e realização das práticas previstas. Um espaço bem equipado permite a condução eficiente das atividades programadas.
- **Alimentação:** A contratação de serviços de alimentação é crucial para manter os participantes bem nutridos e energizados ao longo do evento, o que contribui diretamente para a qualidade da participação e o sucesso da reunião.

#### 6.2.2. Justificativa Econômica:

- A escolha de contratar apenas os serviços de hospedagem, alimentação e equipamentos técnicos, permitem um uso eficiente dos recursos públicos, uma vez que a equipe do Centro de Oftalmologia já está encarregada da coordenação e organização do evento. Isso evita a necessidade de contratação de serviços adicionais ou pacotes completos de organização de eventos, que poderiam aumentar os custos.

A solução proposta para a contratação de serviços de hospedagem, espaço físico e alimentação atende plenamente às necessidades logísticas e operacionais da "**Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas**", organizada pelo Centro de Oftalmologia do Estado de São Paulo". A escolha desses serviços específicos, acompanhada pela coordenação direta da equipe, garante um evento eficiente, econômico e alinhado aos objetivos de saúde pública.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades de serviços a serem contratados para a realização do "*Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas*" foi baseada na análise de eventos anteriores, no número previsto de participantes e nas necessidades específicas do evento, considerando a interdependência com outras contratações e a otimização de recursos para garantir economia de escala.

### 7.1. Hospedagem

**7.1.1. Número de Participantes:** Estimamos que aproximadamente 33 profissionais de saúde, incluindo palestrantes e participantes do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Litoral Sul, participarão da reunião, dos quais apenas 29 estarão hospedados.

**7.1.2. Número de Diárias:** O evento terá duração de 3 dias e será iniciado às 12 horas do dia 25 e finalizado às 15 horas e 30 minutos do dia 27, portanto, a contratação deverá cobrir 2 diárias de hospedagem para cada participante, sendo que apenas 29 dos 33 participantes estarão hospedados, totalizando 58 diárias.

**7.1.3. Justificativa:** A estimativa de 58 diárias é baseada no número de participantes e na duração do evento. Essa previsão é consistente com eventos anteriores organizados pelo Centro de Oftalmologia, onde a necessidade de hospedagem variou, dependendo da localização e da quantidade de participantes.

### 7.2. Espaço Físico

**7.2.1. Área Necessária:** A locação do espaço físico deverá contemplar um auditório principal com capacidade para até 33 pessoas, 2 salas para workshops (com capacidade para 10 pessoas), e áreas comuns para networking e coffee breaks.

**7.2.2. Duração da Locação:** O espaço será locado por 2 (dois) dias, especificamente nos dias 25 e 27, para a realização de atividades internas.

**7.2.3. Justificativa:** A estimativa do espaço foi feita com base no número de participantes e na experiência em eventos anteriores. A locação de auditórios e salas de workshops com essas capacidades tem sido suficiente para acomodar confortavelmente os participantes e permitir a condução eficiente das atividades.

### 7.3. Alimentação

7.3.1. **Refeições Diárias:** Estima-se a necessidade de fornecer 2 refeições diárias sendo que nos dias 25 e 26 estas refeições serão almoço e jantar e no dia 27 estas refeições serão almoço e coffee break. Cada participante terá, portanto, 2 refeições por dia além do café da manhã .

7.3.2. **Total de Refeições:** Considerando um total de refeições, estimadas com base em 33 participantes, temos a seguinte distribuição: 99 almoços, sendo 33 para cada um dos dias 25, 26 e 27 de maio; 58 jantares, com 29 por dia nos dias 25 e 26 de maio, bem como 33 coffee breaks oferecidos no dia 27.

7.3.3. **Justificativa:** Essa quantidade foi estimada com base no consumo médio de eventos semelhantes. Em eventos anteriores, o consumo de refeições diárias por participante seguiu esse padrão, o que assegura que essa estimativa será suficiente para atender a todos os presentes.

### 7.4. Cálculo

#### 7.4.1. Hospedagem:

Participantes: 33

Participantes Hospedados: 29

Diárias com café da  
manhã incluso: 2  
Total:  $29 \times 2 = 58$   
diárias

#### 7.4.2. Espaço Físico:

Auditório e Salas: 2 dias de  
palestras (25 e 27)

Total: 2 dias de locação

#### 7.4.3. Alimentação:

- Participantes: 33
- Participantes Hospedados: 29
- Refeições nos dias 25 e 26 : 2 ( almoço para 33 participantes e jantar 29 hospedes) • Refeições nos dias 27: 2 ( almoço e coffee break)
- Dias: 3

- Total:  $4 \times 33 + 2 \times 29 = 190$  refeições

## 7.5. Documentação de Suporte

A estimativa das quantidades foi respaldada por documentos que incluem séries históricas de eventos semelhantes, realizados nos últimos anos pelo Centro de Oftalmologia do Estado de São Paulo, bem como cotações de mercado para serviços de alimentação. Essas referências proporcionam uma base sólida para a previsão de consumo e garantem que as quantidades estimadas são realistas e justificadas. Além disso, a previsão considera a necessidade de manutenção dos padrões de qualidade no evento, alinhando-se com as práticas de sustentabilidade e eficiência dos recursos públicos.

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em dados históricos e na experiência de eventos anteriores, considerando o número de participantes e a duração do treinamento presencial. Essa abordagem garante que as quantidades previstas são adequadas e que o evento será realizado de forma eficiente e dentro do orçamento planejado, com otimização dos recursos públicos disponíveis.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1,00

O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação dos serviços de hospedagem, espaço físico e alimentação para o *Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas* será realizada de forma integrada, sem o parcelamento da solução.



## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente solicitação, incluída no Planejamento e Gerenciamento de Contratações 2026, se destina ao cumprimento de metas previstas no Plano Estadual de Saúde - PES 2024-2027, Diretriz 6 - Reduzir e prevenir riscos relacionados à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e prevenção, compondo a integralidade da atenção, com destaque para a meta D6.1.7 -Encerrar oportunamente os casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI), exceto agravos cujo prazo de encerramento não tenha sido pactuado, e encontra compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA 2024-2027, na seguinte conformidade:

- Programa: 932 – Prevenção, Vigilância e Promoção da Saúde;
- Produto: 2024 – Vigilância Epidemiológica de Doenças, Agravos e Eventos de Importância em Saúde;
- Indicador Orçamentário: 4468 – Número de Notificações de Doenças, Agravos e Eventos de Notificação Compulsória;
- Ação Orçamentária: 4722 – Vigilância Epidemiológica;
- Programa de Trabalho: 10.305.932.4722.0 – Vigilância Epidemiológica.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços de hospedagem, espaço físico e alimentação para o " *Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas*", organizada pelo Centro de Oftalmologia do Estado de São Paulo, trará diversos benefícios diretos e indiretos, alinhados aos princípios de efetividade, desenvolvimento sustentável e otimização de recursos. A seguir, são descritos os principais ganhos esperados:

## 12.1. Efetividade e Qualidade do Evento

**12.1.1. Ambiente Conducente ao Sucesso do Evento:** A contratação de um espaço físico adequado, com infraestrutura moderna e funcional, assegurará que as atividades de vigilância epidemiológica e as práticas de saúde ocular sejam conduzidas em um ambiente propício ao aprendizado e à troca de experiências. Isso contribuirá diretamente para o alcance dos objetivos da reunião e para a melhoria das práticas de vigilância nas populações indígenas do estado.

**12.1.2. Conforto e Bem-Estar dos Participantes:** Garantir hospedagem e alimentação de qualidade para os participantes aumentará o conforto e o bem-estar, permitindo que se concentrem plenamente nas atividades da reunião. Isso resultará em maior participação, envolvimento e produtividade durante todo o evento.

## 12.2. Desenvolvimento Sustentável

**12.2.1. Promoção de Práticas Sustentáveis:** Ao priorizar fornecedores que adotam práticas sustentáveis, biodegradáveis e a minimização de resíduos, o evento contribuirá para a promoção da sustentabilidade ambiental. Isso demonstra o compromisso do Centro de Oftalmologia com a responsabilidade ambiental e serve como exemplo para outros órgãos públicos.

## 12.3. Economicidade e Eficiência

**12.3.1. Economia de Escala:** A contratação conjunta dos serviços necessários permitirá a obtenção de economia de escala, reduzindo custos totais em comparação com contratações isoladas. Isso maximiza a economicidade, garantindo que o evento seja realizado dentro do orçamento disponível.

**12.3.2. Otimização dos Recursos Humanos e Materiais:** Com a gestão centralizada da organização e coordenação do evento pelo Centro de Oftalmologia, os recursos humanos serão utilizados de forma mais eficiente, permitindo uma melhor alocação de pessoal para tarefas essenciais. Além disso, a utilização de materiais de forma consciente e planejada minimizará desperdícios, otimizando os recursos disponíveis.

## 12.4. Eficácia e Melhor Aproveitamento dos Recursos

**12.4.1. Capacitação e Melhoria dos Serviços de Saúde Pública:** A eficácia da reunião se refletirá na capacitação dos profissionais de saúde, resultando em uma vigilância epidemiológica mais robusta e na melhoria do controle do tracoma em uma população particularmente vulnerável. O conhecimento adquirido será aplicado diretamente no fortalecimento das ações de saúde pública, beneficiando a população.

**12.4.2. Sustentabilidade Financeira:** A abordagem eficiente na contratação dos serviços contribuirá para a sustentabilidade financeira do evento, assegurando que os recursos sejam bem empregados e que os benefícios gerados superem os custos envolvidos.

Os benefícios esperados com a contratação dos serviços de hospedagem, espaço físico e alimentação para o Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas incluem uma combinação de efetividade, desenvolvimento sustentável, e otimização de recursos. O

evento não só atenderá aos objetivos de saúde pública do estado de São Paulo, mas também servirá como um exemplo de como práticas de contratação responsável podem gerar impactos positivos duradouros na comunidade e no meio ambiente.

## 13. Providências a serem Adotadas

Para a realização eficaz do " *Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas*", organizada e ministrada pelo Centro de Oftalmologia do Estado de São Paulo, a Administração deve adotar as seguintes providências:

### 13.1. Preparação e Organização Interna

**13.1.1. Comunicação:** Estabelecer um canal de comunicação efetivo entre o Centro de Oftalmologia e o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Litoral Sul — que abrange os litorais dos estados do Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) — a fim de garantir que todos os participantes sejam devidamente informados sobre os aspectos logísticos do evento, incluindo local, horário e programação das atividades.

### 13.2. Infraestrutura e Logística

**13.2.1. Preparação do Material Didático:** Organizar e preparar todo o material didático necessário para a reunião, incluindo apresentações, manuais, e outros recursos que serão utilizados durante as atividades práticas e teóricas de saúde ocular.

### 13.3. Capacitação de Servidores para Gestão e Fiscalização

**13.3.1. Orientação sobre Sustentabilidade:** Instruir a equipe sobre a importância de práticas sustentáveis durante o evento, como a redução de resíduos e o uso eficiente de recursos. Essa orientação é essencial para garantir que o evento esteja alinhado com as políticas de sustentabilidade da instituição.

Essas providências garantem que o Centro de Oftalmologia esteja totalmente preparado para organizar e ministrar o " *Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas*" de maneira eficaz, cumprindo todas as exigências legais e promovendo um ambiente propício para a troca de conhecimentos e práticas de saúde ocular.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Na realização do " *Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas*" organizada pelo Centro de Oftalmologia do Estado de São Paulo, alguns impactos ambientais potenciais podem ser identificados. Para minimizar esses impactos, diversas medidas mitigadoras e de tratamento serão adotadas, conforme descrito a seguir:

### 14.1. Geração de Resíduos Sólidos

**14.1.1. Impactos Potenciais:** Durante o evento, haverá a geração de resíduos sólidos, incluindo restos de alimentos, embalagens descartáveis, material didático e outros itens utilizados pelos participantes.

#### 14.1.2. Medidas Mitigadoras:

- **Implementação de Coleta Seletiva:** Disponibilização de lixeiras específicas para a coleta seletiva de resíduos (papel, plástico, vidro e orgânicos) em todas as áreas do evento.
- **Redução de Materiais Descartáveis:** Incentivo ao uso de materiais reutilizáveis, como garrafas de água e talheres, para diminuir a quantidade de resíduos descartáveis gerados.

### 14.2. Consumo de Energia e Água

**14.2.1. Impactos Potenciais:** O uso de energia elétrica para equipamentos audiovisuais, iluminação, climatização e o consumo de água nas instalações pode resultar em impactos ambientais.

#### 14.2.2. Medidas Mitigadoras:

- **Eficiência Energética:** Priorizar o uso de equipamentos audiovisuais e sistemas de iluminação de baixo consumo energético, como lâmpadas LED, e desligar os equipamentos quando não estiverem em uso.
- **Monitoramento de Consumo:** Implementação de práticas para monitorar e otimizar o uso de energia e água durante o evento, buscando sempre a redução de desperdícios.

### 14.3. Emissões de Carbono

**14.3.1. Impactos Potenciais:** O deslocamento dos participantes para o local do evento pode gerar

emissões de carbono, contribuindo para a pegada de carbono do evento.

#### 14.3.2. Medidas Mitigadoras:

- **Incentivo ao Uso de Transportes Coletivos:** Promover o uso de transporte coletivo, caronas compartilhadas ou transporte público para reduzir as emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao deslocamento dos participantes.

#### 14.4. Utilização de Produtos Sustentáveis

**14.4.1. Impactos Potenciais:** A utilização de produtos não sustentáveis, como plásticos de uso único ou materiais com alto impacto ambiental, pode contribuir para a degradação do meio ambiente.

#### 14.4.2. Medidas Mitigadoras:

- **Redução de Impressões:** Diminuir a quantidade de material impresso, incentivando o uso de documentos digitais e apresentações eletrônicas.

Os possíveis impactos ambientais da realização do "*Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas*" serão geridos por meio da implementação de práticas sustentáveis e medidas mitigadoras eficazes. Essas ações garantirão que o evento seja realizado de forma ambientalmente responsável, minimizando a pegada ecológica e promovendo um ambiente consciente e sustentável para todos os participantes.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação dos serviços de hospedagem, alimentação e disponibilização de espaço físico para a realização do **Treinamento em Saúde Ocular e Detecção de Triquíase Tracomatosa (TT) em Áreas Indígenas** é considerada **viável do ponto de vista técnico, econômico e operacional**.

Sob o aspecto **técnico**, a realização do treinamento em formato presencial é indispensável, uma vez que as atividades propostas envolvem conteúdos teóricos e práticos que exigem interação direta entre os participantes e os instrutores. O processo formativo inclui exames clínicos de saúde ocular,

repadronização diagnóstica, treinamento supervisionado em técnicas de manejo da triquíase tracomatosa, aplicação de curativos oclusivos e simulações de abordagem em campo, ações que não podem ser plenamente executadas em modalidades remotas ou híbridas. A disponibilização de espaço físico adequado, associada à oferta de hospedagem e alimentação, assegura condições apropriadas para o aprendizado, a concentração dos participantes, o planejamento das ações e a integração entre profissionais de diferentes regiões.

Do ponto de vista **econômico**, a contratação restrita aos serviços essenciais — hospedagem, alimentação e espaço físico — representa uso racional e eficiente dos recursos públicos, evitando despesas adicionais com contratação de empresas organizadoras de eventos, uma vez que a coordenação técnica e administrativa do treinamento será realizada diretamente pelos órgãos executores do projeto. Ademais, a contratação integrada desses serviços em um único local possibilita economia de escala, melhor negociação de valores e maior custo-benefício para a Administração Pública.

No aspecto **operacional**, o levantamento de mercado demonstrou que a infraestrutura disponível no município de Bauru é capaz de atender aos requisitos necessários para a realização do treinamento, incluindo acessibilidade, segurança, iluminação adequada, climatização, recursos audiovisuais e ambientes compatíveis com atividades teóricas e práticas. A experiência em eventos e capacitações similares realizados anteriormente respalda a adequação da estimativa de participantes, da quantidade de diárias, refeições e da utilização do espaço físico, garantindo que a contratação atenderá integralmente às necessidades previstas.

A escolha do município de Bauru revela-se operacionalmente adequada, considerando sua localização estratégica, a facilidade de acesso por malha rodoviária e a proximidade com aldeias indígenas do interior do Estado de São Paulo, fatores que contribuem para otimizar deslocamentos, reduzir custos logísticos e assegurar a participação efetiva dos profissionais envolvidos.

Por fim, a contratação encontra-se **alinhada ao interesse público e às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)**, fortalecendo as ações de vigilância epidemiológica em saúde ocular, em consonância com o Plano Estadual de Saúde 2024–2027, o PPA 2024–2027 e com as metas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a eliminação do tracoma como problema de saúde pública até 2030. Trata-se de ação estratégica para a prevenção da cegueira evitável, especialmente em populações indígenas, historicamente mais vulneráveis.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é **viável e necessária**, assegurando efetividade técnica, economicidade, eficiência operacional,

sustentabilidade e impacto positivo para a saúde pública da população indígena do Estado de São Paulo.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VICTOR FUENTES DE CARVALHO**

Requisitante



*Assinou eletronicamente em 23/02/2026 às 14:51:10.*



## ANEXO II

### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 024.00014486/2026-23

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX./2026, CELEBRADO ENTRE O(A) O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO(A) SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS – CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA – “PROF. ALEXANDRE VRANJAC E .....

O Estado de São Paulo, por intermédio do(a) Centro de Vigilância Epidemiológica “Prof. Alexandre Vranjac”, com sede no(a) Avenida Dr. Arnaldo, 351 – 6º andar, na cidade de São Paulo /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 46.374.500/0171-60, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Técnico de Saúde III – Senhora Tatiana Lang D’ Agostini, designado(a) pelo(a) Resolução 08 de 09 de outubro de 2020, publicado(a) no DOE de 09 de outubro de 2020, inscrito(a) no CPF sob o nº 419.491.978-59, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº ....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 024.00014486/2026-23 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXXX./2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de hospedagem, alimentação, locação de espaço físico e infraestrutura no município de Bauru/SP, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	Serviços de hospedagem, alimentação, locação de espaço físico e infraestrutura	9946	unidade	1		
---	--	------	---------	---	--	--

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é **60 (sessenta) dias, contados do(a) assinatura do Contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

#### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avançadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

#### CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a    /    /    (DD/MM/AAAA).
- 7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

### **8.1. São obrigações do Contratante:**

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **1 (um) mês** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).



## CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. **Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.**

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. **Não haverá exigência de garantia contratual da execução.**

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa: Calculada em conformidade com a Resolução SS nº 65, de 01/04/2024 - Anexo I que integra este instrumento.**

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada

da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.



13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

- 13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:**
- II. Fonte de Recursos:**
- III. Programa de Trabalho:**
- IV. Elemento de Despesa:**
- V. Plano Interno:**
- VI. Nota de Empenho:**

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da

Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (*uma*) vias, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Tatiana Lang D'Agostini

CPF: 419.491.978-59

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

## ANEXO I

**RESOLUÇÃO SS Nº 65, DE 1 DE ABRIL DE 2024**

Dispõe sobre o procedimento, no âmbito da Secretaria da Saúde, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

**RESOLVE:****I . DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

**I** - advertência;

**II** – multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

**III** - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

**§ 2º** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Artigo 3º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

**I** - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**II** - as peculiaridades do caso concreto;

**III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

**1.** a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

**2.** a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

**3.** a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

**4.** a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

**5.** a reincidência na infração;

**6.** a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

**1.** a falha escusável do licitante ou contratado;

**2.** a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

**3.** a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

**4.** a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

## **II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES**

### **II.1 – Da Advertência**

**Artigo 4º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

## **II.2 – Da Multa**

**Artigo 5º** - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 6º** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

**I** - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

**II** - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

**§ 1º** - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

**§2º**- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

**§ 3º** – No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o descumprimento da obrigação.

**Artigo 7º** - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

**Artigo 8º** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

**Artigo 10** – A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**Artigo 11** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

**§ 1º** - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

**§ 2º** - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

### **II.3 – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 12** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do "caput" do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

**I** – por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

**II** – por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

**III** – por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

**IV** – por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

**§ 1º** - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

**§ 2º** – A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

### **II.4 – Da Declaração de Inidoneidade**

**Artigo 13** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do "caput" do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

**§ 1º** - O prazo a que alude o "caput" deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

**§ 2º** - Para os fins do inciso X do "caput" do artigo 155 da LLCA, A ("comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza"), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

### **III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO**

**Artigo 14** - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

**Parágrafo único** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 15** - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

**Parágrafo único** - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

**Artigo 16** - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**§ 1º** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**§ 2º** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 3º** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**§ 4º** - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

**§ 5º** – Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LCCA.

**Artigo 17** – Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Chefia de Gabinete, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

**Artigo 18** – Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado ao Secretário da Pasta, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

**Artigo 19** - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

**§ 1º** - O recurso de que trata o "caput" deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

**§ 2º** - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

**Artigo 20** - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

**Artigo 21** - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

**Artigo 22** – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

**Artigo 23** - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

**§ 1º** - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o "caput" deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

**§ 2º** - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.



**Artigo 24** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 25** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

**Artigo 26** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

**Artigo 27** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 28** - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

**Artigo 29** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 30** - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

**Artigo 31** - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**I** - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**II** - pagamento da multa;

**III** - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**IV** - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**V** - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo Único** - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

#### **IV. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 32** - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

**Artigo 33** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.

**ANEXO IV**

**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
<b>Espaço físico: (com ventilação e iluminação adequada para situações de aprendizagem)</b>				
Infraestrutura Sala plenária para 33 participantes, formato em “auditório”; (especificar se é sala ou auditório, qual formato), com condições de interação entre as pessoas, com boa visibilidade dos participantes e dos palestrantes / monitores. Disponível nos dias 25 e 27 de maio	2	Dias		
01 Sala de apoio com capacidade de 10 participantes, não situada no corredor. Disponível nos dias 25 e 27 de maio	2	Dias		
01 Sala de apoio com capacidade de 10 participantes, não situada no corredor. Disponível nos dias 25 a 27 de maio	3	Dias		
<b>Equipamentos para Sala Plenária</b>				
01 flip chart	3	Dias		
01 Microcomputador especificações mínimas: processador de 3GHz com 4 núcleos ou superior, 8GB de memória RAM ou superior, SSD de pelo menos 100 GB de espaço livre, saída de vídeo HDMI, Windows 10 ou 11, pacote do MS Office, navegador de internet atualizado, Adobe Reader (Acrobat) versão 21, 3 entradas USB no mínimo, Wi-Fi ou porta ethernet, rede com acesso a internet com 10Mb/s ou superior	3	Dias		
01 ponteira laser. Disponível nos dias 25 e 27 de maio	2	Dias		
01 projetor multimídia conectado ao som, com resolução compatível com o porte do evento. Disponível nos dias 25 e 27 de maio	2	Dias		

Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01 tela para projeção e sonorização com 02 (dois) microfones sem fio; Disponível nos dias 25 e 27 de maio	2	Dias		
01 Mesa com 3m comprimento no mínimo;	3	Dias		
01 computador com mouse e teclado USB, especificações mínimas: processador de 3GHz com 4 núcleos ou superior, 8GB de memória RAM ou superior, SSD de pelo menos 100 GB de espaço livre, saída de vídeo HDMI, Windows 10 ou 11, pacote do MS Office, navegador de internet atualizado, Adobe Reader (Acrobat) versão 21, 3 entradas USB no mínimo, Wi-Fi ou porta ethernet, rede com acesso a internet com 10Mb/s ou superior. Disponível nos dias 25 e 27 de maio	2	Dias		
01 Impressora a jato de tinta com cartucho preto e colorido ou a laser. Especificações mínimas: Impressora a jato de tinta com cartucho preto e colorido ou a laser. Velocidade de impressão de textos, em qualidade normal, na cor preta, com papel tamanho carta, de, no mínimo, 8 páginas por minuto. Velocidade de impressão de textos, em qualidade normal, em cores, com papel tamanho carta, de, no mínimo, 5 páginas por minuto. Velocidade de impressão de imagens, em qualidade normal, em cores, imagem de 10x15 cm, de, no mínimo, 25 segundos.	3	Dias		
01 técnico de áudio/vídeo para acompanhamento; Disponível nos dias 25 e 27 de maio	2	Dias		
<b>Equipamentos para 2 (Duas) Salas de Apoio</b>				
10 cadeiras (cada sala)	3	Dias		
01 mesa com 3m de comprimento no mínimo (cada sala)	3	Dias		
01 flip chart contendo 20 folhas de papel e 5 pinceis de cores diferentes. (cada sala)	3	Unidades		
<b>Equipamentos para recepção:</b>				
01 Mesa de recepção de eventos com no mínimo de 16m2 de área útil; com linha telefônica direta, em espaço externo ao reservado para o evento	3	Dias		
<b>Alimentação</b>				

Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
Durante todo o evento deverá estar disponível aos treinandos na sala principal, mesa aparadora contendo café, água e bolachas (salgadas e doces) – sendo para os dias de 25/05 a 27/05/2026	3	Dias		
Coffee-Break: 01 coffee-break por dia com no mínimo 02 sucos diferentes, café, leite, chocolate em pó, água quente, 2 tipos de chá em saquinhos, salgados assados e doces variados, a quantidade deverá ser adequada ao número de participantes para cada evento; 25 no dia 27/05/2026 às 16:00hrs	33	Unid.		
Almoço: Deverá ser composto de variedades de saladas (05 tipos), arroz, feijão, carne branca, carne vermelha, massas (02 tipos), sobremesas (03 tipos – incluindo frutas) e guarnições. Deverá ser incluso 1 refrigerante ou suco de frutas natural ou água – conforme solicitação dos participantes; (25 almoços no 25/05, 25 almoços no 26/05 e 25 almoços no 27/05)	99	Unid.		
Jantar: Deverá ser composto de variedades de saladas (05 tipos), arroz, feijão, carne branca, carne vermelha, massas (02 tipos), sobremesas (03 tipos – incluindo frutas) e guarnições. Deverá ser incluso 1 refrigerante ou suco de frutas natural ou água – conforme solicitação dos participantes; (25 jantares no dia 25/05 e 25 Jantares no dia 26/05)	58	Unid.		
O evento deverá conter 1 garrafas de água mineral de 500 ml para cada participante. 2 períodos (manhã e tarde) –dia 25/05/2026 a 27/05/2026 e que serão cobrados mediante comprovação de consumo; (33 por período)	165	Unid.		
<b>Hospedagem com café da manhã:</b>				
O café da manhã estará incluso na diária, sendo composto de no mínimo 02 sucos diferentes, café, leite, chocolate em pó (sem açúcar), água quente, 02 tipos de chá (sem açúcar), 02 tipos de bolacha salgada e doce, bolo e torta salgada em quantidade suficiente para o número de participantes dos eventos;				
Apartamentos duplos, de acordo com a solicitação, com camas individuais, contendo banheiro privativo, frigobar, TV e aparelho de ar-condicionado. Devendo ser contadas diárias com café da manhã para todos os participantes hospedados no hotel; OBS: O check in será realizado 25/05/2026 às 12:00h.	56	Diárias		
Apartamento single, de acordo com a solicitação, com	2	Diárias		

Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
camas individuais, contendo banheiro privativo, frigobar, TV e aparelho de ar condicionado. Devendo ser contadas diárias com café da manhã para todos os participantes hospedados no hotel; 2 Diárias R\$ 1.050,00 R\$ 2.100,00 OBS: O check in será realizado 25/05/2026 às 12:00h. O Check out será realizado 27/05/2026 as 12:00h.				
A Contratada deverá disponibilizar 05 vagas no estacionamento	3	Diárias		
<b>Obs: As contas individuais de serviços utilizados pelos participantes que não constem dos já listados são de inteira responsabilidade destes, sendo que o CVE não se responsabiliza por eventuais danos e/ou despesas adicionais, por exemplo: frigobar, telefonemas, bebidas, faxes, lavanderia etc.</b>				

**Valor Total:** R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) - por extenso

**Validade da proposta:** 60 (sessenta) dias

Nos preços propostos deverão estar incluídos além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transporte, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a prestação de serviços, objeto da presente licitação.

Prazo de pagamento: o pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de entrada da nota fiscal/fatura no protocolo da unidade, e à vista do termo de recebimento definitivo ou recibo.

Data da Proposta: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ANEXO V**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO V.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)